
Turismo:

Movimento temporário e
consequências sociais

Eliane Avelina de Azevedo Sampaio
(Organizadora)



Turismo:

Movimento temporário e
consequências sociais

Eliane Avelina de Azevedo Sampaio
(Organizadora)



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Turismo: movimento temporário e consequências sociais

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Eliane Avelina de Azevedo Sampaio

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T938 Turismo: movimento temporário e consequências sociais / Organizadora Eliane Avelina de Azevedo Sampaio. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-940-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.407222102>

1. Turismo. I. Sampaio, Eliane Avelina de Azevedo (Organizadora). II. Título.

CDD 338.4791

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coleção “Turismo: Movimento temporário e consequências sociais” é uma obra que tem como foco principal a discussão científica e epistemológica do campo do turismo por meio de trabalhos, pesquisas, relatos de caso e/ou revisões que compõe seus capítulos. O volume apresenta abordagens multifocais e importantes contribuições para o avanço dos estudos do turismo, enquanto campo epistemológico e método reflexivo da ciência onde o conhecimento é sistematizado.







O objetivo central foi apresentar de forma clara os estudos desenvolvidos em diversas instituições de ensino e pesquisa interessados na propagação do conhecimento. Nos respectivos trabalhos a linha condutora foi o aspecto relacionado ao turismo como fenômeno integral, multidimensional e complexo, produto da inter-relação de múltiplos atores, contextos espaço-temporais, impulsos e níveis diferentes, e suas respectivas consequências sociais. Neste sentido, são apresentados resultados de pesquisas tanto teóricas quanto aplicadas, utilizando-se de métodos e metodologias de análises variadas.

Sabemos que as mudanças do contexto contemporâneo reverberam na dinâmica da atividade turística e do próprio “cidadão turista” que é apresentado neste volume como personagem complexo do ponto de vista sociológico, humanista e civilizatório. Tais discussões são elementares para uma compreensão fenomenológica – ainda que transitória – rumo a uma consolidação do Turismo como campo científico de estudo.

Torna-se relevante mencionar que, a transição de paradigmas que está em curso traz a sustentabilidade e o desenvolvimento comunitário para o cerne das discussões, e nesse prisma o planejamento e a gestão do Turismo pode e deve ser (re) pensado para alcançar uma gestão consciente, sustentável, inteligente e com resultados compartilhados. Deste modo, torna-se relevante a divulgação científica deste volume através da Atena Editora como meio científico de fundamentar o conhecimento de acadêmicos, mestres e doutores e todos aqueles que de alguma forma se interessam pelo campo do Turismo.

Eliane Avelina de Azevedo Sampaio

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1.....	1
A FENOMENOLOGIA COMO EPISTEMOLOGIA E “MÉTODO” DE PESQUISA EMPÍRICA QUALITATIVA PARA ESTUDOS EM TURISMO	
Lílian Pacheco Ferreira Paiva	
Rebeca Reis Carvalho	
Luciano Torres Tricárico	
Carlos Marcelo Ardigó	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4072221021	
CAPÍTULO 2.....	16
QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS: PARA UMA COMPREENSÃO DO TURISTA HÍBRIDO	
Hélio Fernando Lôbo Nogueira da Gama	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4072221022	
CAPÍTULO 3.....	30
REDES POLÍTICAS E SEU UTILITÁRIO PARA A ANÁLISE TURÍSTICA	
Nadia Ilenia Peinado Osuna	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4072221023	
CAPÍTULO 4.....	43
TURISMO, PONTA DO CORUMBAU, PROGRESSO E SUSTENTABILIDADE: UMA PESQUISA DE FENÔMENO SITUADO	
Hélio Fernando Lôbo Nogueira da Gama	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4072221024	
CAPÍTULO 5.....	58
LA GESTIÓN DEL TURISMO COMUNITARIO PARA EL DESARROLLO LOCAL DE LA PARROQUIA SALASACA, ECUADOR	
Esther Mullo Romero	
Yasser Vázquez Alfonso	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4072221025	
CAPÍTULO 6.....	72
O MEIO DIGITAL E A UTILIZAÇÃO NOS HOTÉIS DE ITAPEVA-SP	
Francisco Barbosa do Nascimento Filho	
Gabriela Butzer de Lima	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4072221026	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	88
ÍNDICE REMISSIVO.....	89

REDES POLÍTICAS E SEU UTILITÁRIO PARA A ANÁLISE TURÍSTICA

Data de aceite: 01/02/2022

Data de submissão: 06/12/2021

Nadia Ilenia Peinado Osuna

Profesora de Asignatura de la Universidad Autónoma de Sinaloa en la Escuela de Turismo Mazatlán, Sinaloa, México
Dra. en Ciencias Sociales por la Universidad Autónoma del Estado de Morelos
<https://orcid.org/0000-0002-9762-7242>

RESUMEN: El objetivo de este artículo es desarrollar el posicionamiento teórico de las redes de política, a través de autores, conceptos y variables principales, y mostrar la utilidad que tiene para el análisis de la industria del turismo mediante los resultados de un estudio de caso. La primera sección del artículo desarrolla el concepto de redes de políticas, en la segunda sección se analiza la esencia de algunos modelos propuestos por los autores claves, en la tercera parte se presentan los conceptos y variables detectadas en la teoría de las redes de políticas, por último, se presentan los principales hallazgos que la teoría de las redes permitió observar sobre la crisis de los cruceros turísticos en Mazatlán, México, durante el periodo de 2010-2014. Las conclusiones permiten observar que analizar el turismo desde esta perspectiva, ayudan a comprender cómo las políticas turísticas pueden mejorar esta industria a partir de la participación de los actores públicos y privados, los recursos que poseen y las formas de colaboración que

establecen entre sí.

PALABRAS CLAVE: Redes de Políticas, Políticas Públicas del Turismo, Turismo de Cruceros, Actores Públicos y Privados

POLICY NETWORKS AND THEIR UTILITY FOR THE TOURISM ANALYSIS

ABSTRACT: The objective of this article is to develop the theoretical positioning of policy networks, through authors, concepts and main variables, and to show the usefulness it has for the analysis of the tourism industry through the results of a case study. The first section of the article develops the concept of policy networks, in the second section we analyze the essence of some models proposed by key authors, in the third part we present the concepts and variables detected in the theory of policy networks, Finally, we present the main findings that the theory of networks allowed to observe the crisis of tourist cruises in Mazatlán, Mexico, during the period 2010-2014. The conclusions allow us to observe that analyzing tourism from this perspective allows us to understand how tourism policies can improve this industry based on the participation of public and private actors, the resources they possess and the forms of collaboration they establish among themselves.

KEYWORDS: Policy Networks, Tourism Public Policies, Cruise Tourism, Public and Private Actors.

RESUMO: O objetivo deste artigo é desenvolver o posicionamento teórico das redes políticas, através de autores, conceitos e principais

variáveis, e mostrar a utilidade que possui para a análise da indústria do turismo através dos resultados de um estudo do caso. A primeira seção do artigo desenvolve o conceito de redes políticas, na segunda seção analisamos a essência de alguns modelos propostos pelos principais autores, na terceira parte apresentamos os conceitos e variáveis detectados na teoria das redes políticas. Em seguida, apresentamos as principais descobertas de que a teoria das redes permitiu observar a crise dos cruzeiros turísticos em Mazatlán, no México, durante o período 2010-2014. A primeira seção do artigo desenvolve o conceito de redes políticas, na segunda seção analisamos a essência de alguns modelos propostos pelos principais autores, na terceira parte apresentamos os conceitos e variáveis detectados na teoria das redes políticas. Finalmente, apresentamos as principais descobertas de que a teoria das redes permitiu observar a crise dos cruzeiros turísticos em Mazatlán, no México, durante o período 2010-2014.

PALAVRAS-CHAVE: Redes de Políticas, Políticas de Turismo Público, Atores Públicos e privados, Turismo de Cruzeiro.

1 | INTRODUCCIÓN

El eje rector que guía este artículo es destacar el análisis sobre el tema de las Redes de Políticas, el cual nos permitió comprender un caso empírico del sector turístico, este es: “El turismo de cruceros”, en el puerto de Mazatlán, Sinaloa, México. El turismo se entiende como “el desplazamiento voluntario y temporal de individuos o grupos de personas, que fundamentalmente por motivos de recreación, descanso, cultura o salud se trasladan de su lugar de residencia habitual a otro, en donde no ejercen ninguna actividad lucrativa ni remunerada, generando múltiples interrelaciones de importancia social, económica y cultural” (De la Torre, 1997:16).

Desde una perspectiva política y gubernamental, el turismo trata de “una actividad fundamentalmente privada, cuyo ejercicio está decisivamente influida por la orientación del conjunto de las políticas públicas, encargadas de garantizar un correcto manejo de los recursos naturales y culturales, de generar las infraestructuras que vertebran en territorio o de facilitar aquellos equipamientos y servicios públicos necesarios para el correcto desarrollo de la actividad económica y social de la comunidad, elementos todos ellos indispensables para garantizar el funcionamiento del sector turístico” (Jaimez, 2004: 643).

Por su parte, la Organización Mundial del turismo (OMT) describe el turismo como: “un fenómeno social, cultural y económico relacionado con el movimiento de las personas a lugares que se encuentran fuera de su lugar de residencia habitual por motivos personales o de negocios/profesionales” (OMT, 2008). En este sentido, cabe destacar que la aplicación de las redes de políticas nos permitió comprender el problema del sector naviero, visto como sector privado (los cruceros turísticos) quienes anunciaron con anticipación su baja temporal de arribar al destino turístico de Mazatlán, por causas de inseguridad que se presentaron en el destino en el año 2011. Por su parte, el sector público (instancias gubernamentales y autoridades correspondientes del sector turístico) mantuvieron un perfil

distante a sus advertencias hechas por las navieras, por lo que provocó la cancelación total de los cruceros turísticos por un periodo de tres años (2011-2014). De esta manera, este conflicto del campo turístico fue investigado desde la óptica de las redes de políticas, mismo que contribuyo a entender y comprender el problema de los cruceros desde tres categorías: los actores, la coordinación y los recursos.

El artículo retoma a los autores principales del tema de las redes de políticas los cuales son considerados como contemporáneos, dado a que esta teoría data de los años 70's y 90's, la cual surge de la Ciencia Política y la Administración Pública. Rhodes (1990) expone que para el estudio de las redes de políticas, luego, se han propuesto diversos modelos de análisis como las redes de asuntos (Hecló,1978) y la interdependencia de recursos (Compston, 2009) y Zurbriggen (2003, 2004 y 2011), que habla sobre la relevancia de la interacción entre los grupos que conforman tanto el sector público y privado. Como se aprecia, los diversos enfoques se distribuyen temporalmente en casi tres décadas de investigación en torno al tema. Ante esta multiplicidad de modelos de análisis fue pertinente hacer una revisión de las propuestas de los diferentes autores.

De la misma manera se tiene como objetivo principal identificar las variables que contemplan la teoría de redes de políticas, de tal forma, que permita a los investigadores iniciar estudios sobre cómo el sector público y privado se relacionan entre sí para dar respuesta a diversos problemas relacionados a temas de la cuestión social. En este sentido, la construcción de este artículo se compone de la siguiente manera: la primer sección delimita lo que entendemos por redes de políticas; la segunda, analiza la esencia de algunos modelos propuestos por diversos autores; en la tercera parte se presentan los elementos y variables detectadas en la teoría de las redes de políticas y, finalmente, las conclusiones que se reflexionan sobre los hallazgos y la relación de cómo se estableció el problema de los cruceros con las tres variables de análisis, que se abordaron de los actores participantes, los recursos que establecieron y la coordinación que se suscitó entre el sector público y el sector privado, hemos de destacar que no se profundiza en la cuestión empírica, sino más bien en la utilidad que se desarrolla en la teoría de las redes de políticas.

1.1 La utilidad de las redes de políticas públicas en el turismo

¿Qué entendemos por redes de políticas? Peterson (2003) considera a las redes de política como “un conglomerado de actores, en el que cada uno tiene un interés en un sector de política y una capacidad que determinará el éxito o fracaso de la política” (Peterson, 2003: 8). Klijn (1998) las define como “patrones más o menos estables de relaciones sociales entre actores interdependientes, que toman forma alrededor de los problemas y/o de los programas de políticas” (Klijn 1998:5). Para Zurbriggen (2003, 2004 y 2011) la idea de red de políticas reside en la relación y variedad de actores situados en organizaciones públicas y privadas con interés de una política en particular donde se conectan unos con otros. Rhodes (2006: 426) propone el concepto de policy network

como genérico para referirse a los modelos anteriores y entiende la red de políticas como “conjuntos de vínculos formales e informales entre actores gubernamentales y otros, estructurados alrededor de creencias e intereses compartidas en torno a la construcción e implementación de las políticas públicas. Esos actores son interdependientes y las políticas surgen de la interacción entre ellos.”

Para el caso de las políticas en el turismo, se entiende como la acción del estado integrada por una serie de disposiciones destinadas a regular, fomentar y proteger las actividades turísticas. Igualmente tiene como apoyo profesional la propaganda, el proteccionismo y la adaptación, hasta la fase de planificación. Por lo que, el turismo es objeto de política pública por los beneficios económicos, sociales, políticos y culturales (Capanegra, 2006; Castillo, 2007). Por su parte, Magaña (2009) aborda las políticas públicas mexicanas que se desprenden de los planes de desarrollo, en la que se menciona la implementación de una cultura de servicio de la calidad total en los negocios turísticos con el objetivo central de establecer un producto turístico competitivo. En este sentido, también ver las áreas de oportunidad y la relación de los sectores que intervienen como son: el oficial (público gubernamental, en sus tres niveles, el productivo sector privado), el social (organizaciones no gubernamentales, cámaras, asociaciones) y la académica (instituciones educativas) para definir propuestas que mejoran la dirección y la planeación estratégica que fomente el turismo mexicano.

1.2 La relevancia del turismo de cruceros

Por parte de la Secretaría de Turismo –SECTUR- (2010) se establecen como estrategias dentro de su plan de desarrollo y aplican objetivos de las políticas públicas para los cruceros, dichos objetivos son el crecimiento ordenado de la industria, la alineación de las acciones de Gobierno Federal, aumento de la competitividad y sustentabilidad, participación de la sociedad civil, potenciar el beneficio económico y social de las comunidades receptoras, fomentar la promoción del destino de cruceros como una opción futura de vacaciones. En este sentido, la SECTUR (2010), propone poner a la vanguardia del país, mediante el desarrollo económico y sustentable, a los destinos de cruceros y al mismo tiempo, beneficiar a la población, para así fortalecer al estado representativo en la planeación y conducción de las actividades económicas. Además de tener por su parte, la convicción de impulsar el turismo de cruceros y el reforzar la protección del medio ambiente, para con ello, contribuir al desarrollo y crecimiento municipal con la finalidad de crear mayores oportunidades para las comunidades receptoras de cruceros.

Así mismo, la política pública de cruceros que ha emitido el gobierno del país busca dar rumbo y certeza a las actividades de esta industria, fomentando la coordinación entre las dependencias federales, los gobiernos locales y la relación con Administraciones Portuarias Integrales –API-, operadores de terminales para cruceros, operadores turísticos y los empresarios prestadores de servicios relacionados con la actividad (SECTUR, 2004).

Sin embargo, no se describe ni se detalla cómo se da este proceso, ni los periodos en los que se llevarán a cabo dichas políticas. Los objetivos generales de la política pública de los cruceros son: promover el crecimiento ordenado de la industria de cruceros en los destinos turísticos mexicanos, fomentar la alineación de las acciones de las dependencias de gobierno federal con facultades en la materia de cruceros ofrecer mecanismos para potenciar el beneficio económico y social de los cruceros en las comunidades receptoras e impulsar el aumento de los niveles de competitividad y sustentabilidad de los destinos turísticos de cruceros (SECTUR, 2004).

2 I MODELOS PARA EL ANÁLISIS DE REDES DE POLÍTICAS

2.1 Las redes de asuntos de Hugh Heclo

Hugh Heclo (1978) propone dos conceptos para entender los procesos de construcción de políticas: 1) las redes de asuntos (issue networks) y 2) los tecno políticos. El autor utiliza la idea de las redes de asuntos para ilustrar procesos en los que la construcción de las políticas es más plural en comparación a los ‘triángulos de hierro’, modelo que se enfoca en la influencia de alianzas entre pocos actores –departamentos del Ejecutivo, comités del congreso y grupos de interés-. Para el autor existen grandes redes abiertas de personas que inciden en las decisiones gubernamentales. Los asuntos de políticas, señala Heclo (1978), se han ido fragmentando cada vez más y a partir de ello se han ido generando subculturas especializadas en tales temas, donde existen individuos especializados en sus detalles que son capaces de debatir sobre un asunto concerniente a una política en construcción. Los miembros de las redes de asuntos pueden ser grupos de las minorías -profesores, grupos poderosos de interés, individuos internos o externos al gobierno con reputación de ser buenos conocedores en la materia, profesionistas, técnicos expertos, activistas políticos o tecno políticos-. No importa su formación y entrenamiento profesional, sino su conocimiento del tema. Pero, lo que llegan a ocupar las posiciones de liderazgo, son los policy politicians (político de políticas), expertos en utilizar a otros expertos para la formulación de la política. Heclo (1978) señala en su texto varias proposiciones:

- Las redes de asuntos buscan influir en la comprensión de la complejidad de los problemas.
- Los que pertenecen a una red de asuntos tienen una comprensión y entendimiento similar de la política.
- En las redes de asuntos se discute evidencias y se elaboran alternativas, aunque sea de manera desorganizada y sin coordinación.
- La red de asuntos en ocasiones puede activar solamente a algunos miembros de la red (conjunto de conocedores del tema) y en otros momentos activará a otros miembros.

- Las redes de asuntos imponen restricciones a los líderes del gobierno y suponen una nueva fuerza que complejiza la formulación de la política.
- Las redes de asuntos no solamente comparten información sobre los problemas, sino también sobre las personas involucradas en la red.
- En la red de asuntos existe una serie de jerarquías y niveles de posiciones de mayor renombre y reconocimiento.
- La pertenencia a la red implica leer, observar, debatir y tratar de actuar frente al problema.

De esta manera, se entiende a la red de asuntos como un conjunto de interconexiones entre personas con conocimiento sobre el problema y que leen, debaten, escuchan, opinan sobre la cuestión. La vastedad de conocimiento en torno al fenómeno dificulta la tarea del gobierno al tener que considerar las diversas aristas del fenómeno y para elegir la solución al problema. También, la red posee un conjunto de jerarquías y niveles que otorgan reconocimiento a los diversos miembros de la red, también es posible que se intercambien información sobre las personas y no solo del problema (Heclo, 1978).

Estas redes de políticas, como se mencionó anteriormente, idealmente deben de estar lideradas por un tecno político, es decir, expertos en el tema y en hacer políticas incorporando nuevos especialistas. Entre las características de estos actores, Heclo (1978) menciona:

- Son capaces de moverse entre las diversas redes, reconocidos y apreciados como conoedores de los asuntos que la red maneja.
- No los identifican con posiciones que pudieran resultar polémicas.
- Su reputación entre “los que saben” los hace elegibles para los nombramientos presidenciales. Su sensibilidad a los asuntos más delicados es el secreto de su aceptación.
- Su sensibilidad a los asuntos más delicados es el secreto de su aceptación.

También propone las redes de asuntos y los tecno políticos como conceptos para el análisis de la hechura de las políticas públicas y contrapeso al triangulo de hierro, pues la opinión de los expertos podría ilustrar sobre qué decisiones tomar y sus consecuencias, así como también restringir decisiones que beneficien a unos pocos (Heclo, 1981).

2.2 Las redes de políticas de Rod Rhodes y David Marsh

Desde inicios de la década de los ochentas, el tema de las redes de políticas había sido abordado tanto por David Marsh como por Rod Rhodes y otros colegas de la Economic Social Research Council. En 1992, Marsh y Rhodes coordinaron un libro de investigaciones en redes de políticas donde hacían una crítica a los modelos existentes, para entender las relaciones entre actores públicos y privados para la generación de políticas. Marsh y Rhodes establecieron conclusiones para el estudio de estas relaciones y reestructuraron el

trabajo que habían hecho hasta entonces, entre las conclusiones que más destacan son: 1) la tipología de redes de políticas, 2) factores exógenos y endógenos de cambio que afectan a las redes de políticas; 3) la necesidad de identificar e incorporar los niveles macro, meso y micro en las redes de políticas.

2.2.1 Aportaciones de Marsh y Rhodes: tipología de redes de políticas

Los autores emplearon el término de redes de políticas como genérico y crean una tipología con dos categorías: comunidades de políticas y las redes de asuntos, utilizan ambas formas como polos de clasificación y señalan que pueden existir casos intermedios entre las variables:

Dimensión	Variable	Comunidad de políticas	Redes de asuntos
Membresía	Número de participantes	Muy limitados, algunos grupos excluidos conscientemente.	Amplio.
	Tipos de intereses	Dominan los intereses económicos y/o los profesionales.	Comprende un amplio rango de intereses.
Integración	Frecuencia de la interacción	Frecuente, de alta calidad, interacción de todos los grupos en todas las áreas relacionadas con el problema.	Los contactos fluctúan en frecuencia e intensidad.
	Continuidad	Membrecía, valores y resultados persisten en el tiempo.	El acceso fluctúa significativamente, entran y salen constantemente.
	Consenso	Todos los participantes comparten valoraciones y aceptan la legitimidad de los resultados.	Existe un grado de consenso, pero el conflicto siempre está presente.
Recursos	Distribución de los recursos (dentro de la red)	Todos los participantes tienen recursos; la relación básica es de intercambio.	Algunos participantes pueden tener recursos, pero son limitados, y la relación básica es de consulta.
	Distribución de los recursos (dentro de las organizaciones participantes)	Jerárquica; los líderes pueden guiar a los miembros.	La distribución es variable así como la capacidad para regular a los miembros.
Poder	Poder	Existe un balance de poder entre los miembros. Aunque un grupo puede dominar, tiene que ser un juego de suma-positiva si la comunidad pretende persistir.	Poderes inequitativos, reflejando recursos inequitativos y acceso desigual. Es un juego de suma cero.

Tabla 1. Tipos de redes de políticas: características de las comunidades políticas y redes de asuntos.

Fuente: Marsh & Rhodes (1990: 251).

Como se aprecia, la tipología se compone de cuatro dimensiones (membresía, integración, recursos y poder) y siete indicadores (número de participantes, tipos de intereses, frecuencia de interacción, continuidad, consenso, distribución de recursos dentro de la red, distribución de recursos entre las organizaciones participantes). Cada

una de estas variables genera ciertas características en las interacciones de las redes de políticas, sin embargo, un punto clave que establecen los autores es la distinción entre aquellos actores que poseen recursos y tienen influencia en la red (comunidad de políticas) y aquellos que no poseen recursos ni influencia en la red (redes de asuntos) o que son conscientemente excluidos. A los primeros se les nombra miembros y, a los segundos, participantes de las redes de asuntos. La idea es que, ante la ausencia de recursos, estos no pueden establecer relaciones de interdependencia con los demás actores y, en dado caso, cuando son requeridos, se les integra de forma consultiva (Marsh y Rhodes, 1992).

Otra variable es la que corresponde a los intereses de los involucrados, por ejemplo: en las comunidades políticas es posible observar que los miembros poseen intereses comunes, eso facilita que la política resultante tenga un consenso y sea más fácil ponerse de acuerdo; sin embargo, en las redes de asuntos existen abundantes tipos de intereses que se contraponen lo que provoca que el conflicto esté siempre presente, por lo que los acuerdos y el consenso sean un proceso difícil de lograr.

Estas variantes hacen que las interacciones en las comunidades de políticas permitan establecer interacciones frecuentes y de alta calidad, dado que es más fácil coordinar la interacción de pocos actores y con intereses comunes, que un amplio número de participantes y con intereses contrapuestos, de ahí que es más difícil que las redes de asuntos. Esta capacidad de organización y desintegración entre una y otra red hacen que sean capaces de perdurar en el tiempo.

Por último, es posible observar que en las comunidades de políticas exista una estructura jerárquica donde los líderes de la red puedan conducir a los miembros, esto por la similitud entre los intereses y la distribución de recursos, por lo tanto, es posible que el resultado beneficie a los miembros; en cambio en las redes de asuntos es más difícil definir una estructura jerárquica o que no se afecte los intereses de unos y beneficie los de otros. Así, se retoma la tipología, dimensiones y variables de Marsh y Rhodes (1992) para el análisis de esta investigación, pues se considera como un excelente aporte a la discusión.

2.2.2 Aportaciones de Marsh y Rhodes: Factores de cambio de las redes de políticas

Factores exógenos:

- Los factores económicos o de mercado pueden afectar significativamente el comportamiento de la red.
- La ideología del partido que gobierna puede fijar la agenda pública para que la red avance o se detenga.
- Nuevo conocimiento o información en torno al problema puede cambiar la dinámica de la red.
- Los marcos institucionales en los que se desenvuelve la red pueden tener

serios impactos en los cambios en la red. Los autores mencionan el caso de marcos supra- nacionales, por lo que es pertinente pensar también en marcos nacionales, regionales, estatales y locales.

De acuerdo con los autores, los factores endógenos de cambio están en contradicción con la lógica de la red, ya que fomenta la estabilidad, las relaciones de rutina y la continuidad, es decir, la inercia, siendo que las redes con intereses económico-profesionales son más resistentes a los cambios. Sin embargo, señalan, que existe un factor de cambio:

El grado del cambio depende de la relevancia del problema, si el tema es periférico para el programa de gobierno y para fines electorales, la red tendrá más posibilidad de implementar sus deseos, en cambio sí es un tema central y que afecta un amplio número de intereses, existirá más debate público y más cambios en las políticas generadas.

2.2.3 Aportaciones de Marsh y Rhodes: La incorporación de los niveles macro, meso y micro

Rhodes propone que deben de incorporarse tres niveles de análisis interdependientes:

- Nivel macro: señala que este nivel implica la lógica del Estado y se necesita utilizar teorías que expliquen al Estado a nivel nacional (Marsh y Rhodes, 1992: 268).
- Nivel meso (nivel interinstitucional): Encierra las relaciones entre los actores privados y públicos, este nivel es el relativo a las redes de políticas y los intereses del grupo. En el modelo de Rhodes este es el nivel clave de análisis.
- Nivel micro (nivel interpersonal): involucra el comportamiento individual de los actores, sean estos públicos o privados (1986^a y 1986^b, citado en Rhodes y Marsh, 1992:12). Los autores señalan algunas proposiciones con respecto a este nivel:
 - Los lazos interpersonales refuerzan los lazos interinstitucionales (Marsh y Rhodes, 1992: 262).
 - Los lazos interpersonales se deben considerar como una limitación o un recurso (Marsh y Rhodes, 1992: 262).

Es conveniente incorporar los niveles de análisis a la investigación, considerando siempre la relación de las redes de políticas públicas (como objeto de estudio central) y cómo esta es afectada por su relación con el nivel macro (la lógica del Estado) y también por el nivel micro (las relaciones interpersonales de los actores de la red).

2.3 Interdependencia de recursos de Hugh Compston (2009)

Hugh Compston (2009) presenta un modelo de redes de políticas causado por la interdependencia de recursos. El autor establece que desde este enfoque, las redes de políticas pueden entenderse como:

un conjunto de actores que se entrelazan en un intercambio de recursos en torno a una política pública (decisiones de política) como consecuencia de su interdependencia de recursos. Esta es una definición simple [...] tiene el mérito de su claridad e incluye dentro de ella –y esto es crucial– su propia dinámica causal, que es la dependencia que existe entre los actores en torno a los recursos de los otros actores, que los empuja a relacionarse en un intercambio de recursos para lograr una política pública. Esto implica que la definición no es solo una simple descripción de un cierto tipo de configuración de actores políticos: también define el conductor causal que genera las redes de políticas y motiva las acciones de los miembros, al menos en una parte (Compston, 2009: 10-11).

Desde esta perspectiva, la causa de que los actores integren las redes de políticas públicas se da a partir de que los actores dependen de los recursos de los otros actores y ello los incita a incorporarse en una red de políticas para conseguirlos. Para el análisis de las redes de políticas a partir de la interdependencia de recursos, el autor señala una serie de proposiciones en seis grupos diferentes: 1) decisiones de política; 2) recursos intercambiables; 3) preferencias de políticas; 4) percepciones de problemas y soluciones; 5) estrategias de los actores y, 6) reglas específicas de interacción.

De esta manera, Compston (2009) logra articular las redes de políticas con la interdependencia de recursos entre los miembros de la red. La tenencia de recursos y las preferencias de políticas harán que los miembros desplieguen una estrategia para beneficiarse y poder influir en las decisiones de los actores públicos. Esta relación hará que los actores se comporten de determinadas maneras, apegándose a los lineamientos formales o informales de interacción, pues de ello dependerá el obtener los recursos o cambios en política que desean. Para los actores públicos, no tener oposición a sus políticas planteadas es un recurso deseado y para los privados lo son aquellas enmiendas a la política que los beneficie, por lo que esto los conlleva a un intercambio de recursos.

Por lo tanto, se generó un cuadro para mostrar las variables relevantes. A partir de este ejercicio, se deconstruyeron los conceptos de los autores en 18 variables distintas, que integran la propuesta teórica de las redes de políticas:

1) Actores	7) Recursos	13) Conocimiento
2) Preferencias de política	8) Estrategias	14) Nivel Macro
3) Decisiones de políticas	9) Limitaciones a los actores públicos	15) Nivel Micro
4) Percepciones sobre el problema	10) Estructura de la red	16) Intereses
5) Percepciones sobre las soluciones	11) Factores ambientales de cambio	17) Formas de negociación
6) Reglas de interacción	12) Marcos institucionales	18) Poder

Tabla 2. Cuadro síntesis

Fuente: Elaboración propia

Ante esta multiplicidad teórica, se encontró que los autores contemplan variables que convergen entre sí, por ejemplo: las redes de asuntos y los tecno-políticos (HECLO, 1978), y Compston (2009) considera el conocimiento como una variable que influye en las redes de políticas, pero cada uno contempla efectos distintos. Ante este análisis se expone sólo un ejemplo de lo que implica la red de asuntos ante el problema de los cruceros:

La red de asuntos en este sentido, sirvió para que los actores que integraban el sector privado del turismo en Mazatlán, demandarán solución a la crisis naviera y señalaron como principal cause la seguridad pública. En la red de asuntos también participaron actores públicos como Francisco Córdoba Celaya (director de la SSP del estado), quien declaró que las navieras le solicitaron se disminuyeran las notas rojas en las páginas de los medios de comunicación para evitar el temor de sus clientes. Sin embargo, el director indicó que no se podía negociar con los medios sobre las notas rojas y confió en que las navieras regresarían por la presión de los vacacionistas¹.

A partir del ejercicio anterior, fue posible identificar, y proponer, de manera clara los autores, conceptos y variables principales de la teoría de las redes de políticas. Dicho marco teórico se aplicó para el estudio de la crisis del turismo naviero a través del análisis de entrevistas realizadas actores públicos y privados, además de complementarlo con análisis de fuentes hemerográficas.

3 | CONCLUSIONES

El estudio de las redes de políticas permite entender cómo los actores de los distintos sectores se relacionan entre sí para formular políticas que pretendan incidir en la resolución de una problemática social. Revisar los distintos modelos de esta teoría nos lleva a visualizar los alcances y limitaciones que tienen cada una de sus categorías.

En este sentido, el marco interpretativo contribuyó a entender una problemática del sector del turismo, la cual nos llevó a identificar la sinergia que existe entre los actores públicos y privados bajo las categorías de los recursos, los actores y la coordinación, para trabajar en conjunto en beneficio de la estabilidad de los navíos turísticos, que por primera ocasión cancelaron su arribo al puerto mencionado, durante los años 2011-2014.

En este sentido, la intención de este análisis es conocer las distintas variables que conforman las redes de políticas. Ante ello, es posible que el uso aplicado de cada investigador dependerá de las variables en las que profundice en mayor medida para su análisis. Cabe mencionar que contemplar las 18 variables en un estudio permite entender de manera holística el objeto de estudio y a su vez reflexionar constantemente sobre

¹ Confía Córdoba Celaya en regreso de cruceros" (Noroeste, 27/IX/2011). Compston (2009: 18-32), indica que las redes de política se basan en el intercambio de recursos deseables entre los involucrados, en este caso, las navieras le demandaban al gobierno sinaloense la disminución de los índices de violencia o el control sobre la información noticiosa sobre ella, a cambio del retorno de la afluencia turística en navíos. Pero la declaración del director de la SSP no muestra perspectivas en disminuir los sucesos de violencia ni de controlar a los medios informativos. En esas condiciones, la red no satisfacía los intereses de las navieras y por lo tanto los gobernantes mexicanos no podían obtener el recurso que ellos deseaban, que era la afluencia turística.

nuevas líneas de investigación que conlleve a entender los factores que influyen en mayor o menor medida según la particularidad de cada caso de estudio.

Sin duda, para el caso de los cruceros turísticos se logró mejorar la afluencia del turismo naviero, por lo tanto, se está buscando que dicho sector no vuelva perder su afluencia. En este contexto, consideramos que las redes de política son dinámicas: en tanto los actores, el ambiente, las instituciones, los interlocutores y formas de coordinación, cambian, razón por la cual el problema puede, o no, solucionarse. El aprendizaje social de los actores que resultan del ensayo y error, la comunicación, el involucramiento y participación de todas las partes, la institucionalización y el respeto de los acuerdos, así como el asumir la responsabilidad y aplicar los recursos por parte de los involucrados, son elementos que, sin duda, coadyuvan al mejor funcionamiento de este tipo de redes.

REFERENCIAS

CAPANEGRA, C. (2006). **La política turística en la Argentina en el siglo XX**. Aportes y transferencias, Volumen I, Año 10, Universidad Nacional Mar del Plata, pp. 43-61, disponible en: <http://nulan.mdp.edu.ar/314/1/Apo2006a10v1pp43-61.pdf>

CASTILLO, M. y VARGAS, E. **Breve recuento de la modernización de la política turística mexicana**. Teoría y Práxis, pp.9- 34, 2006. Universidad de Quintana Roo, México, 2007.

COMPSTON, H. **Policy Networks and Policy Change: putting policy network theory to the test**. Ed. Palgrave-Macmillan. United Kingdom, 2009.

DE LA TORRE, O. **El Turismo: fenómeno social**. México, México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

HECLO, HUGH. **“Issue networks and the executive establishment”** en Anthony King (Ed.) *The new American Political System*. American Enterprise Institute for Public Policy Research. Washington, D.C. USA, 1978.

JAIMEZ, G. **Políticas Públicas y Turismo**. Sevilla, España, 2004, en: <http://alud2.socialesyhumanas.dusto.es>

KLIJN, E.H. **“Policy Networks: An Overview”** en Kickert, W. J. M. & Koppenjan, J.F. (Eds.) *Managing Complex Networks*. Sage, London. (Trad.) Mariángela Petrizzo, 1998.

MAGAÑA, I. **La política turística en México desde el modelo de calidad total: un reto de competitividad**. Economía, Sociedad y Territorio, vol. IX, núm. 30, pp. 515-544, 2009 <http://www.redalyc.org/pdf/111/11111267008.pdf>

MARSH, DAVID Y RHODES R.A.W. **“Policy communities and issue networks”** en *Policy networks in British politics*. University Press Scholarship.Pp. 1-15, 1992.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. **Turismo de Cruceros. Situación actual y tendencias**. OMT, Madrid España. Primera Edición, 2008.

PETERSON, JOHN. **“Policy Networks”** *Political Science Series*. Vienna, 2003.

RESUMEN EJECUTIVO. **Tendencias y Políticas Turísticas**. SECTUR, 2010, En: ictur.sectur.gob.mx

RHODES R.A.W. **“Policy network analysis”**. New York, U.S.A. Oxford University Press. Pp. 425-447, 2006.

RHODES, R. A.W. **“Policy networks: A British Perspective”** en *Journal of Theoretical Politics*, 1990.

ZURBRIGGEN, CRISTINA. **“Las redes de políticas públicas. Una revisión teórica”**. Instituto internacional de Gobernabilidad de Catalunya. Pp. 1-15, 2003, Disponible en: <http://www.iigov.org/documentos/?p=10105>

ZURBRIGGEN, CRISTINA. **Redes, actores e instituciones**. *Revista del CLAD30* [Versión electrónica]. Caracas, Venezuela, 2004, Disponible en: <http://old.clad.org/portal/publicaciones-del-clad/revista-clad-reformademocracia/articulos/030-octubre-2004/0051000>

ZURBRIGGEN, CRISTINA. **La utilidad del análisis de redes de políticas públicas**. *Argumentos* 24 (66) [Versión electrónica]. México. Pp. 1-29, 2011, disponible en: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-57952011000200008

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acolhimento 16, 18, 21, 22, 23, 26, 28, 77

Atores sociais 18, 23, 43, 47, 56

C

Comunidade tradicional 45, 46

Cruzeiros 31

D

Desenvolvimento turístico 12, 77

E

Epistemologia do turismo 15

Epoché 8, 10

F

Fenomenologia no turismo 15

Fenômeno situado 43, 44, 55, 57

Filosofia do turismo 57

G

Göttigen 4, 5

H

Hospitalidade 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 28, 43, 44

Hotelaria 1, 15, 19, 20, 72, 73, 75, 76, 85, 88

Husserl 2, 3, 4, 5, 6, 7, 14, 15, 45, 46, 55, 57

I

Itapeva 72, 73, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87

M

Marketing digital 72, 73, 84, 85, 87

Marketing turístico 77, 78

Mazatlán 30, 31, 40

Meios de hospedagem 72, 73, 77, 78, 80, 85

Método fenomenológico 5, 10, 14, 15

Mídias sociais 72, 73, 76, 77, 78, 79, 84, 85, 86, 87

Multidisciplinaridade 12

P

Pesquisa qualitativa 2, 12, 14, 57

Pesquisa quantitativa 80

Políticas públicas 18, 20, 30, 31, 32, 33, 35, 38, 39, 41, 42

R

Redes políticas 30, 31

Redes sociais 25, 26, 76, 78, 79, 83, 86

S

Sociologia do turismo 16, 17, 18, 27, 28

Sustentabilidade 25, 28, 43, 45, 54, 56, 57

T

Transição paradigmática 20, 27

Tungurahua 58, 60, 61, 70

Turismo 1, 2, 3, 4, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 85, 86, 87, 88

Turismologia 16, 17, 18, 19, 20, 23, 27

Turista 12, 13, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 47, 49, 50, 53, 85

Turista híbrido 16, 18, 26, 27

V

Viagens 21, 22, 23, 24, 25, 28, 74, 75

Turismo:

Movimento temporário e
consequências sociais


- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 @atenaeditora
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br





Turismo:

Movimento temporário e
consequências sociais

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

